

ATA/RELATÓRIO DA REUNIÃO COM EQUIPE DE LÍDERES AMPLIADA – 19.08.2013

Ata da 7ª Reunião da equipe de Líderes Ampliada do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Aos 19 dias do mês de agosto do ano 2013, na sala de reuniões da Comissão de Licitações, no Anexo II, ocorreu a reunião dos membros da equipe de líderes ampliada para conhecimento dos resultados atingidos na 6ª Reunião de Análise da Estratégia da equipe de Líderes de planejamento do TJ/TO e deliberação sobre os projetos estratégicos que compõe o portfólio do Planejamento Estratégico. Às 15:18 horas, o Diretor-Geral, Flávio Leali Ribeiro, declarou aberta a reunião, apresentando a pauta, esclarecendo que todas as deliberações da 6ª reunião dos líderes ampliadas foram aprovadas na reunião de líderes. Antes de dar início a pauta prevista, o Coordenador da COGES explanou como deveria seguir a reunião, sendo que cada gestor fará a apresentação de suas metas, sendo separadas por diretorias, ficando a servidora da COGES somente para dar seguimento na reunião, demonstrando no GPWEB.

O Diretor Geral falou sobre as inconsistências que está apresentando no GPWEB e perguntou como deve resolvê-las para que o sistema seja usado de forma totalmente confiável. Foi citado como exemplo o projeto qualidade de vida que está inserto no sistema GPWEB e que apresenta inconsistências. Foram debatidas as formas de alimentação e demonstração dos dados no GPWEB. Concluiu-se que o sistema é útil e necessário. Há, no entanto, necessidade de análise sobre a melhor forma de ser trabalhado. Enfatizou-se que a alimentação do sistema é feita pelos Diretores e gestores dos projetos e que a correção dos dados depende desta alimentação.

A seguir apresentamos os resultados da estratégia e o esperado até dezembro de 2013, por Diretorias, conforme foram debatidos:

1. ASMIL

Meta 37	Aumentar para 100 % as unidades consideradas seguras até 2014. Meta para 2013: 60%
Projeto16	Segurança Armada e Eletrônica

COMENTÁRIOS

A Diretoria da ASMIL expôs sobre a meta 37 e o projeto 16 referente as unidades consideradas seguras e a segurança armada e eletrônica. Mencionou como foi onerado o orçamento. Com o orçamento atribuído, a segurança será com a cerca elétrica e monitoramento por câmera. Está em fase de cotação de preço no setor de compras.

Mencionou ainda sobre a demanda de efetivo reduzido da PM, o que ocasionou a retirada de segurança armada de algumas Comarcas, fazendo a movimentações para outras frentes de serviços próprias da PM.

Informou que se encontra no SEI um projeto para ser executado junto com DINFR para instalação da cerca elétrica e monitoramento por câmera, antes da entrega da obra, seja construção ou reforma. Confirmou que será cumprida a meta estipulada de 60% para 2013.

Nesse íterim o Coordenador da COGES mencionou que existem hoje no Poder Judiciário Tocantinense 56 unidades das quais 27 já estão consideradas seguras, correspondendo 48%, e a meta para 2013 é atingir 60%, ou seja, 33 unidades com segurança.

DELIBERAÇÕES

Não houve deliberações

2. CONTI

Meta 02	Disponibilizar 100% das informações orçamentárias e financeiras
Projeto 22	Elaboração de manual técnico
Projeto Meta 16 CNJ	Fortalecer estrutura de controle interno no tribunal

COMENTÁRIOS

As informações orçamentárias e financeiras da meta 02 estão sendo informadas mês a mês.

Quanto ao manual técnico, está sendo realizado e, devido às alterações sugeridas, foi prorrogado o prazo por mais 30 dias, conforme menciona o gestor.

O Diretor apresentou o projeto meta 16 CNJ, que visa atender ao questionário realizado pelo CNJ. Neste questionário constam 17 questões (itens de cumprimento), restando 6 para serem cumpridas. Para cumprir as 6 questões foi elaborado um Plano de Ação de estruturação e fortalecimento do controle interno, com encaminhamento para Presidência, para conhecimento e aprovação, para posteriormente executá-lo e incluir no sistema GPWEB para acompanhamento

DELIBERAÇÕES

Plano de ação para cumprimento parcial do projeto meta 16 CNJ: Aguarda aprovação da Presidência. Objetivo do plano: visa cumprir 6 questões do questionamento realizado pelo CNJ e ainda pendentes.

Prorrogação do prazo para elaboração do manual técnico por mais 30 dias.

3. CECOM

Meta 03	Aumentar em 7% o número de inserções institucionais na mídia, até 2014. Meta 2013: 2%
Meta 04	Obter 70% de matérias institucionais positivas na mídia para 2013.
Meta 28	Aumentar em 10% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014. Meta 2013: 2%
Projeto 52	Plano de Comunicação Institucional

COMENTÁRIOS

Quanto às metas de inserções institucionais e matérias institucionais positivas na mídia estão alcançadas. Também alcançada a meta 28 que é aumentar o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais.

Houve apresentação, pela CECOM, do Plano de Comunicação Institucional, Projeto 52. A gestora relatou quais são as entregas do plano, que abrangem as diversas áreas do Poder Judiciário.

Mencionou sobre as datas e entregas das informações relativas aos projetos estratégicos constantes no plano de comunicação institucional, as quais deverão ser de responsabilidade de cada gestor de projetos. Frisou a importância do envio dessas informações para o êxito do plano de comunicação e o fortalecimento estratégico da instituição.

DELIBERAÇÕES

Não houve deliberação

4. DIADM

Meta 01	Aumentar em 10% o índice de parcerias estratégicas. Meta até 2014 de 40%. Meta para 2013 de 39%.
Meta 19	Reduzir em 3% o consumo de papel, até 2014. Meta 2013: 1%
Meta 20	Reduzir em 2% o consumo de água, até 2014. Meta 2013: 1%
Meta 21	Reduzir em 2% o consumo de energia, até 2014. Meta 2013: 1%
Meta 14	Obter 65 % dos processos de aquisição de bens e serviços, finalizados no prazo padrão, até 2014. Meta 2013: 65%
Meta 50 PPA	Aquisição de Veículos. Meta 2013: 4
Projeto Meta 17 do CNJ	Desenvolver nacionalmente sistemas efetivos de licitação e contratos
Projeto 48	Mapeamento dos Processos Administrativos

COMENTÁRIOS

O Diretor mencionou que os processos de aquisição de bens e serviços (meta 14) ainda não estão sendo medidos. O projeto que auxiliará no alcance da meta (projeto de mapeamento e redesenho dos processos administrativos) está em andamento, e previsto a medição para meados de outubro de 2013, ou seja, 60 dias para finalização.

Em relação a meta 1, parcerias estratégicas, já foi alcançada em 50% acima da meta prevista.

Nas metas 19, 20 e 21 o servidor da DIADM apresentou por meio de gráficos.

Com relação a meta 19, destacou a redução de 15%, superando a meta estipulada para o consumo de papel.

Na meta 20 referente ao consumo de água, mencionou a impossibilidade de cumpri-la de forma que está sendo medida. Expôs que desenvolve ações como: projetos, treinamentos e instalações de novos equipamentos. Exemplifica que a sazonalidade do clima impede a diminuição de consumo d'água.

A respeito do consumo de Energia Elétrica (meta 21), conforme explanado pelo Diretor Administrativo, com as instalação dos novos aparelhos de informática com 2 telas, condicionadores de ar e outros equipamentos de informática, inviabiliza a diminuição do consumo, sendo necessário redefinir a meta, por meio de estudos criteriosos.

Quanto a meta 50 do PPA está aguardando adequação orçamentária para adquirir os veículos.

Projeto Meta 17 do CNJ – Desenvolver nacionalmente sistemas efetivos de licitação e contratos. Esta meta é desmembrada em 13 ações. Estão cumpridas 6 ações, restando para cumprir 7. Sendo adotados mecanismos para a devida efetivação com a criação de comissões específicas para o devido cumprimento.

Mencionou ainda sobre o Projeto 48 (Mapeamento dos Processos Administrativos) está em andamento.

DELIBERAÇÕES

No consumo de água, meta 19, fazer uma análise criteriosa para mensurar uma meta adequada e a forma de medição – para COGES/DIADM.

Redefinir meta 21 por meio de estudos criteriosos, referente redução de consumo de energia elétrica.

Iniciar a medição da meta 14 até meados de outubro/2013 (60 dias).

5. DINFRA

Meta PPA 50	Construir o anexo do TJ, em 2015.
Meta PPA 51	Construir ou adquirir sede própria para 40% das Comarcas com sedes locadas ou cedidas, num total de sete até 2015.
Meta PPA 52	Concluir em 100% as construções de sede própria de comarcas e depósito central, sendo 13 até 2015. Meta 2013: 6
Meta PPA 53	Concluir em 100% as construções de unidades judiciárias sendo 23 até 2015. Meta 2013: 14.
Meta PPA 54	Reformar 16 sedes próprias de Comarcas, até 2015. Meta 2013: 1
Projeto 36	Construção do anexo do Tribunal de Justiça do Tocantins
Projeto 1	Construções de sede própria em Comarcas
Projeto 2	Reforma de sedes de Comarcas
Projeto 3	Construção das unidades judiciárias no interior do estado

COMENTÁRIOS

A Diretora da DINFRA explanou sobre as metas 51, 52, 53, 54. Falou sobre as construções ou reformas nos prédios, bem como sobre quais obras estão paralisadas e ou iniciadas no ano de 2013.

Explicou sobre as demandas, as metas estabelecidas no PPA com adequação ao recurso orçamentário existente. A Diretora demonstrou uma preocupação na forma de medição das metas, que mede somente na finalização, e propõe melhor análise.

Será realizada uma visita a Secretaria de Infraestrutura do Estado conjuntamente a DINFR e COGES para trocar experiência, reavaliar a medição de forma a demonstrar o que realmente foi executado. Esta análise servirá para revisão das metas, pontuando que a meta deve ser mensurada de forma clara, no sentido de mensurar a meta física e orçamentária.

Não apresentou claramente o cumprimento das metas, solicitando a forma de medição com respectiva análise junto a COGES.

DELIBERAÇÕES

Revisão de medição da meta – DINFR e COGES.

6. DIFIN

Meta 18	Aumentar para 6,56% a relação receita / despesa, até 2014. Meta 6,31%
Projeto 51	Fortalecimento do Funjuris

COMENTÁRIOS

Quanto a meta 18 – existe um projeto para aumento de custas por meio de Lei.

Projeto 51 - Fortalecimento do Funjuris - em elaboração.

DELIBERAÇÕES

Estabeleceu-se prazo de 20 dias para finalização do projeto 51 (Fortalecimento do Funjuris).

7. DTINF

Meta 36	Atender 50% dos padrões mínimos de TI, até 2014. Meta 2013: 35%
Meta 41	Aumentar para 100% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014. Meta 2013: 99,95%
Meta 42	Aumentar para 98% o índice de disponibilização e estabilidade dos sistemas, até 2014. Meta 2013: 97,80%
Meta 46	Reduzir em 2% o consumo de telefone, até 2014. Meta 2013: 0,87%
Meta 40	Alcançar 40% das metas do PETIC, até 2014. Meta 2013: 35%
Projeto 50	Metrotins
Projeto 18	Segurança de Redes
Projeto 19	Consolidação de TI

COMENTÁRIOS

Houve explanação da DTINF quanto as metas com seu devido alcance, mencionando que nos padrões mínimos de TI foi atingida em 43%, acima da meta estipulada (meta 36), tendo como previsão para 2014 de 40%, alterada na 6ª RAE para 50% para 2014.

As metas 41 e 42 foram atingidas.

Houve atingimento da meta 46 na redução de consumo de telefone.

Projeto Metrotins – o projeto que interliga as 4 unidades judiciárias de Palmas por fibra óptica, está em andamento, aguardando aprovação do termo de intenções com o consórcio.

O gestor do Projeto Segurança de Redes explanou sobre o projeto com suas fases implantadas. Projeto consolidado, ficando somente o gerenciamento como atividade e alimentação de indicadores.

DELIBERAÇÕES

Projeto 18 – Segurança de Redes – Implantação concluída. Providências: mudar cronograma do projeto de segurança de rede, ficando somente a normativa como atividade.

Projeto 19 - Consolidação de TI - Ficando o prazo de 20 dias para análise das Diretorias do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, a ser demonstrado na reunião da RAE dos líderes.

Programa Segurança da Informação - SOBRESTADO – processo em andamento para criar comissão de segurança da informação.

Quanto ao Projeto 18 – Segurança de Redes o gestor encaminhará termo de encerramento para homologar na RAE de líderes.

Os participantes da RAE **parabenizaram** a DTINF e em especial ao servidor Marcelo Leal, gestor do Projeto de Segurança de Redes, pelo seu trabalho no projeto.

8. DIGEP

Meta 05	Obter 60% índice de satisfação do usuário, até 2014. Meta 2013: 60%
Meta 30	Aumentar para 65% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014. Meta 2013: 60%
Meta 31	Gerenciar 100% do absenteísmo, até 2014. Meta 2013 100%
Meta 32	Aumentar para 80% o índice de prevenção de saúde, até 2014. Meta 2013: 80%
Meta 38	Aumentar para 45% o índice de avaliações positivas sobre instalações físicas, até 2014. Meta 2013: 40%
Meta 39	Atender 50% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais, até 2014. Meta 2013: 48%
Meta PPA 47	Aumentar em 372 o número de Magistrados e Servidores, até 2015. Meta 2013: 149
Projeto 20	Programa Qualidade de Vida
Projeto 13	Gestão por competência
Programa de Gestão	Mapeamento dos processos da Diretoria de Gestão de Pessoas
Programa de Gestão	Implementar o sistema de controle da folha de pagamento e implantar processo de gestão de pessoas.

COMENTÁRIOS

A Diretoria DIGEP explanou sobre a pesquisa qualidade de vida, ainda em disponibilidade a ser respondida no site. Com análise preliminar dos dados observa-se: Obtenção de 33% de satisfação no índice de avaliações positivas sobre instalações físicas e 28% sobre condições de trabalho ideais, ficando em foco negativo a questão da ergonomia.

Com relação ao Programa Qualidade de Vida (projeto 20), ainda com resultado da pesquisa de qualidade de vida, que envolveu os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, observa-se: Obtenção de 73% no índice de avaliações positivas do clima organizacional e 85% o índice de prevenção de saúde.

A gestora do Programa Qualidade de Vida falou sobre os projetos que fazem parte deste programa. Deu ênfase no projeto de aposentadoria, que contará com auxílio da DTINF, e Educação Financeira, com finalização prevista para 30 de outubro.

Com relação à meta 05, ainda não foi disponibilizada pesquisa com o usuário externo.

No tocante ao gerenciamento do absenteísmo, a implantação das catracas está aguardando sistema da DTINF para que se viabilize o gerenciamento.

Em relação ao projeto de Gestão por competência, está providenciando a licitação para consultoria.

Programa de Gestão - Mapeamento dos processos da Diretoria de Gestão de Pessoas está em andamento.

Quanto ao sistema de controle da folha de pagamento, o Diretor da DIGEP explanou que, em virtude da urgência, será realizada a contratação da empresa para fazer a manutenção de RH e folha de pagamento. A DTINF está auxiliando a elaboração do termo de referência para iniciar o processo de

licitação, com a possibilidade de utilizar os serviços da empresa MPS para manutenção do sistema atualmente em uso na DIGEP.

Está sendo estudada também a utilização do sistema em uso no Ministério Público. Outra possibilidade é continuação dos trabalhos realizados para implantação do e-GESP, sistema próprio do TJTO. As análises estão sendo realizadas pela DIGEP/DTINF.

DELIBERAÇÕES

Projeto 20: QUALIDADE DE VIDA - Projeto de aposentadoria e educação financeira com finalização até 30 de outubro. Normatização do programa qualidade de vida até 15 de setembro.

Meta PPA 47: Aumentar em 372 o número de Magistrados e Servidores - A DIGEP, em conjunto com a DIGER, irão apresentar à Presidência sugestão de aumento de vagas e cargos de acordo com orçamento e a necessidade do Poder Judiciário. Após este estudo será proposta a revisão do número junto ao PPA.

9. DIGER

Meta 35	Aplicar 0,90% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014. Meta 2013: 0,60%
Meta 43	Disponibilizar 10% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, até 2014. Meta 2013: 9%
Meta 44	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014. Meta 2013: 95%
Meta 45	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até 2014. Meta 2013: 100%
Projeto Meta 19 CNJ	Realização de parcerias entre CNJ, TJ, TRF, TRE e TCE para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade

COMENTÁRIOS

O valor executado sobre o valor total do orçamento está dentro do planejado, com 91,35% da meta 35 atingida.

Quanto à disponibilização de 10% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, o Diretor Financeiro mencionou que, no cenário Estadual e Nacional, há indicação de diminuição das receitas.

Observou-se que há necessidade de fazer uma análise minuciosa do orçamento para as iniciativas estratégicas, visando verificar qual a efetiva necessidade de disponibilização do orçamento para esse fim.

O Diretor Geral, gestor da meta 19 CNJ do 2º grau, relatou sobre o andamento da realização da meta que é a realização de parcerias entre CNJ, TJ, TRF, TRE e TCE para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade. Mencionou que as parcerias somente serão realizadas quando a minuta for enviada pelo CNJ, conforme informado pelo servidor responsável do CNJ - Francisco – (61) 2326-4727. Observa-se que já existe o sistema próprio no 1º grau, cujo gestor da meta mobilizará os magistrados para a efetiva realização do referido cadastro. No 2º grau será realizado pela Diretoria Judiciária que prestará as informações quando efetivar a baixa do processo, com o Trânsito em Julgado.

DELIBERAÇÕES

Meta 35 - Écio e Ana Beatriz ficam designados para análise do alcance da meta.

Fazer Análise do índice disponível do valor do orçamento para iniciativas estratégicas.

Mobilização dos Magistrados para alimentação do cadastro nacional de condenações Cíveis por ato de improbidade – Meta 19 CNJ 2013.

10. DIJUD

Meta 2 2009 CNJ	Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005
Meta 3 de 2012	Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.
Projeto 9	Mapeamento e redesenho dos processos judiciais no 2º grau.

COMENTÁRIOS

Meta 2 2009 – CNJ: O Diretor da DIJUD explanou que está levantando e identificando os processos judiciais mais antigos para posteriormente adotar medidas junto ao Desembargador responsável pelo respectivo julgamento.

Projeto 9 - Com relação ao mapeamento e redesenho dos processos judiciais, foi proposto utilizar a metodologia de elaborar a seqüencialidade dentro do processo digital. O gestor documentará e executará a seqüencialidade, com previsão de conclusão para junho/2014. A seqüencialidade otimizará o andamento dos processos eletrônicos e evitará distorções nos dados estatísticos. Será adotado em substituição do mapeamento e redesenho.

DELIBERAÇÕES

Projeto 9 – No projeto de mapeamento e redesenho para o processo judicial será utilizado a metodologia de seqüencialidade.

11. ESMAT

Meta 27	Aumentar em 248 o número de pessoas capacitadas em mediação e conciliação até 2015. Meta 2013: 62
Meta 33	Aumentar para 81% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014. Meta 2013: 76%
Meta 34	Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação, até 2014. Meta 2013: 90%
Meta 56 PPA	Executar 2400 horas aulas até 2015. Meta 2013: 600 Horas aulas.

COMENTÁRIOS

Meta 27 - A meta de capacitação em mediação e conciliação já foi atingida. No entanto, haverá nova capacitação para atender a semana nacional de conciliação para 2013, melhorando ainda mais a performance.

Meta 33 - Quanto ao índice de capacitação nas competências estratégicas a meta foi atingida, com grau de atingimento de 82%.

Meta 56 PPA – Foi alcançada a meta de execução de horas aulas, com 736 horas realizadas até julho/2013.

A Resolução 126 do CNJ foi revogada e atualmente está em vigor a Resolução 159. As prerrogativas da Resolução 159 estão cumpridas

DELIBERAÇÕES

Meta 34 - CANCELADA – Revogação da Resolução nº 126 CNJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/ENCERRAMENTO

Finalizando o Coordenador da COGES explicou para os Diretores a importância de enviar os valores respectivos para fechamento do PPA. Ainda informou sobre a pesquisa a ser realizada nas varas e câmaras sobre o planejamento estratégico 2015-2019.

O Diretor Geral frisou a todos os presentes a necessidade de adequação, junto aos servidores Écio e Gizelson, sobre o orçamento.

Ao final, o Diretor Geral solicitou a deliberação para que Tenente Coronel Henrique de Sousa Lima Júnior constasse na Ata não somente como ouvinte, mas como parte da equipe de Líderes Ampliada, tendo em vista o seu comprometimento e a importância dos projetos de responsabilidade da Assessoria Militar (ASMIL), que estão alinhados ao Programa de Gestão 2013/2015, bem como ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, sendo que seu nome seria submetido à aprovação da equipe de Líderes.

Acompanha esta ata/relatório a lista de presentes.

Finalizando com o Diretor-Geral Flávio Leali Ribeiro, com as considerações finais, agradeceu a todos. Nada mais havendo a ser tratado, o Diretor-Geral encerrou a reunião, às 18:47 horas e mandou que se lavrasse a presente ata e eu, Ruto César Moreira Costa, Técnico Judiciário 2ª Instância, extraí que segue assinada por mim,....., pelo Coordenador da COGES e pelo Diretor Geral, que a subscrevem.

Flávio Leali Ribeiro
Diretor Geral - Coordenador da reunião

José Atílio Beber
Coordenador da COGES

Lista dos presentes:

Equipe de Líderes Ampliada

Ana Beatriz de Oliveira Pretto
Francisco de Assis Sobrinho
Gizelson Monteiro de Moura
Henrique de Sousa Lima Júnior
Heráclito Botelho Toscano Barreto Junior
Rogério Nogueira de Sousa
Ronilson Pereira da Silva
Rosane Helena Mesquita Vieira
Sidney Araujo Sousa
Vanusa Bastos

Acompanhantes e Gestores de Projetos:

Fernando Mendonça Almeida
Mário Sergio Loureiro Soares
Alessandro A. Back Quezada
Alice Carla de Sousa Setubal
Tania Mara Alves Barbosa
Marcelo Leal de Araújo Barreto
Ecio Marques da Silva

Equipe técnica

José Atílio Beber
Neilimar Monteiro de Figueiredo
Anna Paula de A. C. Ribeiro
Agnes Souza da Rosa
Ruto César Moreira Costa
Maria das Graças Dias Pinheiro Castro
Alessandra M. P. Adorno
Leonardo Andrade Leal
João Ornato Benigno Brito